

As vantagens de uma solução externista como resposta ao desafio cético

DOMINGOS FARIA

§1. Introdução

 O DESAFIO CÉTICO É UM TESTE QUE QUALQUER TEORIA DA JUSTIFICAÇÃO DEVE CONSEGUIR SUPERAR, pois se uma dada teoria epistémica não passar nesse teste e, assim, concluir que não podemos ter justificação na maior parte das nossas crenças, então há algo errado com essa teoria. Assim, o desafio cético tem uma função metodológica. Queremos argumentar que as teorias da justificação externistas lidam melhor com o desafio cético do que as teorias internistas da justificação. Para isso, começaremos por caracterizar em que consiste em termos gerais o internismo e o externismo quanto à justificação epistémica.

§ 2. Uma caracterização do internismo e do externismo epistémicos

O externismo epistémico quanto à justificação pode ser entendido simplesmente como a negação do internismo; por isso, é importante clarificar adequadamente o que é o *internismo*. Uma forma comum de caracterizar o internismo consiste em alegar que apenas o que faz parte da perspectiva do sujeito S, p.e. a forma como as coisas aparecem ou estão disponíveis a partir da perspectiva de S, pode determinar a justificação das suas crenças. Assim, a justificação é inteiramente uma função de fatores internos. Ou mais rigorosamente, a justificação de uma crença é inteiramente determinada por fatores que são de forma relevante «internos» à perspectiva de S (cf. Plantinga 1993: pp. 5–6, 182–184; Greco 2014: pp. 325–327). Deste modo, para qualquer crença p e sujeito S, determinar p como justificada para S é inteiramente uma função de fatores que são relevantemente internos à perspectiva de S. À luz destas observações, o internista com respeito à justificação está comprometido

D. Faria (✉)
LanCog, Centre of Philosophy, University of Lisbon
e-mail: domingosfaria@campus.ul.pt

Disputatio. Philosophical Research Bulletin
Vol. 9, No. 15, Dec. 2020, pp. 91–105
ISSN: 2254–0601 | [SP/EN/PT] | ARTÍCULO

com a seguinte definição:

(DI) Uma teoria da justificação é internista sse requer que todos os fatores, individualmente necessários e conjuntamente suficientes, para uma crença ser justificada para S sejam internos à perspectiva cognitiva de S.

Todavia, obtemos diferentes versões de internismo dependendo das várias formas de se entender «fazer parte da perspectiva de S» ou «ser interno à perspectiva de S». Tais interpretações podem ser epistémicas ou metafísicas. Por um lado, uma leitura epistémica e bastante generalizada de se interpretar «ser interno à perspectiva de S» é conhecida como «acessibilismo», podendo ser definida nos seguintes termos:

Acessibilismo =_{df} um dado fator F é interno à perspectiva de S sse S tem (ou pode ter) algum tipo de acesso privilegiado para saber se F obtém.

Por exemplo, um fator F é relevantemente interno à perspectiva de S caso S possa estar ciente ou saber apenas por reflexão se F é o caso. Assim, nesta perspectiva, S tem «acesso privilegiado» ao facto que p sse S pode saber que p «apenas por reflexão». E, de igual forma, S pode saber que p «apenas por reflexão» sse pode saber que p em virtude da introspeção, ou por intuição *a priori*, ou por raciocinar a partir de verdades que são conhecidas dessa forma. Portanto, a ideia central do acessibilismo é que apenas aqueles fatores que S tem algum tipo de acesso privilegiado, na medida em que S está (ou pode estar) ciente deles, podem desempenhar um papel na justificação das suas crenças. Além disso, esta forma acessibilista de entender o internismo pode ser interpretada de duas formas dependendo do modo como se entende o tipo de acesso: numa versão forte requer que S esteja efetivamente ciente dos fatores relevantes para a justificação da crença, bem como se exige que S tenha justificação que tais fatores são relevantes, enquanto numa versão fraca requer apenas que S seja capaz de se tornar consciente de tais fatores ao focar a sua atenção apropriadamente. Assim, na versão forte de internismo acessibilista restringe-se os fatores da justificação ao que S já sabe ou acredita com justificação, mas na versão fraca alarga-se tais fatores de modo a se incluir o que S potencialmente pode saber apenas por reflexão.

Mas qual das versões de acessibilismo é a mais adequada? Parece plausível que a versão mais forte seja suscetível a problemas difíceis de acomodar, pois parece conduzir a uma regressão ao infinito, tal como Alston (1986: pp. 211), Moser (1989: pp. 173–176), Fumerton (1995: p. 64), ou Bergmann (2006: pp.

14–19) tentaram mostrar. Ora, dada a versão mais forte de acessibilismo, S tem justificação para acreditar em p sse (i) S tem um fundamento ou evidência E para acreditar em p, e (ii) S está ciente e tem justificação ao acreditar que E é um fundamento ou evidência para acreditar que p. Contudo, tais condições exigem crenças justificadas de nível superior, de complexidade cada vez maior, originando uma regressão ao infinito viciosa. Vejamos: tendo em conta esta versão de internismo acessibilista, de forma a S ter justificação para acreditar numa dada crença p_1 , S precisa de ter E_1 para p_1 e, simultaneamente, estar ciente e ter uma segunda crença justificada, p_2 , de que E_1 é uma evidência ou fundamento para p_1 . Todavia, para S ter justificação nessa segunda crença p_2 , S precisa de ter E_2 para p_2 e, igualmente, estar ciente e ter uma terceira crença justificada, p_3 , de que E_2 é uma evidência ou fundamento para p_2 , e assim por diante *ad infinitum*. Daqui se segue que S tem uma dada crença p_1 justificada só se S efetivamente tem um número infinito de crenças justificadas de complexidade cada vez maior. Ora, isto dá origem a conclusões céticas uma vez que seria humanamente impossível ter um número infinito de tais crenças com um nível crescente de complexidade; ou seja, não seria possível S ter crenças justificadas.

Para se escapar a tal problema parece que o mais razoável é adotar alguma versão mais fraca de acessibilismo, por exemplo, em que apenas se exige que S esteja ciente, ou pelo menos potencialmente ciente, dos fundamentos ou evidências da sua crença, bloqueando-se concomitantemente a exigência de crenças justificadas de nível superior. Por outras palavras, aceita-se a condição (i) da versão forte de acessibilismo, mas rejeita-se a condição (ii). Uma dessas formas de internismo que parece escapar aos problemas da regressão é o «conservadorismo fenoménico» segundo o qual a justificação depende das impressões ou pareceres de S. Mais rigorosamente, p tem justificação (*prima facie*) para S sse S tem impressões ou pareceres do tipo T, não derrotados, que p^1 (cf. Swinburne 2005: pp. 141–149; Huemer 2013: pp. 328–350; Gage 2016: pp. 43–58). Nesta perspetiva, as crenças são inocentes (justificadas) até prova em contrário (até serem derrotadas por elementos da evidência total do sujeito).

Por outro lado, na definição de (DI), uma outra forma de se interpretar «ser interno à perspetiva de S» é conhecida como «mentalismo». Esta é uma interpretação metafísica que pode ser definida nos seguintes termos:

¹ Para escapar a problemas de accidentalidade a partir da perspetiva do sujeito, Matthias Steup (2013: p. 200) adiciona uma outra condição necessária: os dados da memória de S suportam a atribuição de fiabilidade às impressões ou pareceres do tipo T. A esta perspetiva Steup (2004) designa de «internismo fiabilista».

Mentalismo =_{df} um dado fator F é interno à perspectiva de S sse F faz parte da vida mental de S.

Nesta interpretação apenas estados internos, i.e. estados mentais, de um sujeito num dado tempo determinam se as suas crenças são justificadas. Por exemplo, a experiência perceptual de S conta como interna nesta perspectiva mentalista uma vez que a forma como as coisas aparecem perceptivamente a S faz parte da vida mental de S no sentido relevante. De igual forma, qualquer crença ou representação mental que S tem, sobre como as coisas são, é entendido como *interno* nesta perspectiva uma vez que as crenças de S e outras representações mentais também fazem parte da sua vida mental. Assim, uma explicação da justificação é internista sse recorre apenas a fatores que são internos à vida mental da pessoa, i.e., a «estados, eventos, e condições mentais ocorrentes e disposicionais», sendo irrelevante se esses estados mentais são «acessíveis» a S ou se S tem algum «acesso privilegiado» a eles. Por outras palavras, a justificação de S em p sobrevém dos seus estados mentais. Daqui se segue, de acordo com Conee e Feldman (2004: p. 56), que se quaisquer dois possíveis indivíduos forem exatamente semelhantes mentalmente, então têm justificação de forma similar, i.e., as mesmas crenças são justificadas para eles de igual forma. Ora, isto implica que duplicados mentais em diferentes mundos possíveis (mesmo num mundo do génio maligno) têm as mesmas crenças justificadas para eles.

Há uma disputa significativa a respeito de qual destas duas formas de entender o internismo é mais plausível. Por um lado, Conee e Feldman (2004: pp. 56, 81) argumentam que o mentalismo é mais simples e claro do que o acessibilismo, não sendo suficientemente claro o que pode contar como «acesso». Por outro lado, Bonjour (2010: pp. 34–35) argumenta que é o acessibilismo em vez do mentalismo que capta melhor a ideia do internismo, pois o mentalismo não capta o contraste pretendido com o externismo. Por exemplo, é possível que estados ou processos inconscientes à mente possam de alguma forma tornar provável a verdade de uma crença particular. Ora, isso seria um tipo de processo cognitivo fiável, tal como o que os externistas comumente advogam. Assim, a diferença relevante entre internismo e externismo não seria clara; todavia com a perspectiva acessibilista esse contraste é notório. Porém, também é possível argumentar, como Greco (2014: p. 326), que estas duas formas de entender o internismo podem estar relacionadas, pois é plausível pensar que S tem acesso privilegiado ao que se passa na sua vida mental e talvez apenas ao que se passa na sua vida mental. Se isto for plausível, então o internismo é a *tese* de que a justificação de S é uma função de fatores que fazem parte da vida mental de S e aos quais S tem ou pode ter acesso

privilegiado.

Após esta caracterização do internismo, é mais fácil caracterizar o externismo, pois este é simplesmente uma negação da tese internista. Assim, de acordo com o externismo, a justificação de uma crença não é inteiramente determinada por fatores que fazem parte ou são internos à perspectiva de S. Deste modo, alguns fatores que são relevantes para a justificação são externos à perspectiva do S; ou seja, alguns desses fatores relevantes para a justificação não fazem parte da vida mental de S ou são tais que S não tem um acesso privilegiado a eles. Por outras palavras, o externismo permite que uma crença seja justificada mesmo nos casos em que S não está efetiva ou potencialmente ciente de todos os fatores que tornam a sua crença justificada, bem como permite negar que a justificação sobrevenha em todos os casos dos estados mentais de S. Deste modo, a justificação pode depender de outros fatores que não fazem parte da perspectiva «interna» de S. Ora, isso tem algumas consequências: contra o internismo mentalista, é possível que dois sujeitos S1 e S2 tenham os mesmos estados mentais e que a crença p seja justificada para S1 mas não para S2, sendo que aquilo que faz uma diferença epistemicamente relevante é algum fator externo ao sujeito, tal como o fator da fiabilidade, ou o fator de rastrear a verdade, ou ainda da função apropriada. Pelas mesmas razões, contra o internismo acessibilista, é possível que S1 tenha justificação em p, enquanto que tal não suceda com S2, apesar de ambos terem (ou poderem ter) acesso privilegiado aos mesmo fatores internos. Tendo em conta estes pormenores, e dado que o externismo em relação à justificação é a negação do internismo, o externista está comprometido com a seguinte definição:

(DE) Uma teoria da justificação é externista sse requer que alguns dos fatores necessários para uma crença ser justificada para S sejam externos à perspectiva cognitiva de S.

Mas o que conta como «externo à perspectiva de S»? Respondendo de uma forma negativa, os fatores externos são tais que S não tem acesso privilegiado a eles ou que não fazem parte da sua vida mental. Dando uma resposta mais afirmativa, os fatores externos estão tipicamente relacionados com processos e mecanismos fiáveis, ou virtuosos, ou que rastrearam a verdade, ou que funcionam apropriadamente, ou com ambiente epistémico favorável, etc. Mas que *razões* temos para defender que a tese externista (doravante TE) é melhor do que a tese internista (doravante TI) para lidar com o desafio cético? Para isso precisamos primeiro de analisar o próprio desafio cético.

§ 3. Desafio cético

Vejam, então, em que consiste este desafio que pode ser formulado de diferentes formas. Uma das formulações contemporâneas mais discutidas, com inspiração cartesiana, é constituída por três premissas intuitivas (cf. Greco 2007: pp. 625–649; Zagzebski 2009: pp. 38–44; Brueckner 2010: pp. 3–12; Pritchard 2014: pp. 169–182). A primeira premissa consiste em apelar para *hipóteses céticas* (doravante «HC»), i.e., cenários em que o sujeito está radicalmente enganado acerca do mundo exterior, mas mesmo assim a sua experiência do mundo exterior é exatamente como seria caso não fosse radicalmente enganado. Um exemplo paradigmático de uma HC é a hipótese do *Cérebro numa Cuba* (CC)². Outras HC conhecidas foram formuladas por Descartes, como é o caso da hipótese de sermos enganados por um *Gênio Maligno* (GM). Ora, tendo em conta as várias HC, as nossas experiências do mundo exterior são ou podem ser qualitativamente indistinguíveis daquelas de um observador normal. Mas, se isso é o caso, com que base podemos distinguir uma experiência genuína do mundo exterior de uma experiência ilusória? Parece que não somos capazes de saber ou de ter justificação que não somos vítimas de alguma HC. Deste modo, de acordo com a primeira premissa, não sabemos nem temos justificação para acreditar que HC é falsa. A segunda premissa deste desafio cético sustenta que sabemos e temos justificação para acreditar que se uma determinada proposição (M) sobre o mundo exterior, como «tenho duas mãos» ou «estou sentado na minha secretária», é verdadeira, então as HC são falsas. Ou seja, M implica a falsidade de HC, pois segue-se do facto de que *tenho duas mãos* ou de que *estou agora sentado na minha secretária* que não posso estar agora num cenário de CC ou similar e, assim, não posso estar em cenários de HC. Assim, parece óbvio que M é o caso só se a HC for falsa. Além disso, é intuitivo que sabemos ou temos justificação para acreditar nessa condicional. Por fim, para o desafio ficar completo, a terceira premissa recorre ao *princípio do fecho* que apela à intuição de que alargamos o nosso domínio de crenças justificadas ao aceitarmos proposições que se seguem (logicamente) daquilo em que já temos justificação. Ou seja, o conjunto de crenças que temos justificação está «fechado» sob implicação. Ou de uma forma mais rigorosa:

² Esta é uma hipótese em que o sujeito é um cérebro sem corpo a flutuar numa cuba com nutrientes; por sua vez, esse cérebro está conectado a um supercomputador que produz impulsos elétricos que estimulam o cérebro exatamente da mesma forma que os cérebros normais são estimulados como um resultado de perceberem objetos do mundo exterior de uma forma normal.

(PF) Para todo S , ϕ , ψ , se S tem justificação que ϕ , e S tem justificação que ϕ implica ψ , então S tem justificação que ψ ³.

Com estas três premissas intuitivamente plausíveis pode-se validamente deduzir um ceticismo acerca do mundo exterior, tal como se pode explicitamente formular:

- (1) S não tem justificação para acreditar que $\neg HC$.
- (2) M implica $\neg HC$, e S tem justificação para acreditar nisso.
- (3) Se S tem justificação para acreditar que M , e tem justificação para acreditar que M implica $\neg HC$, então S tem justificação para acreditar que $\neg HC$. [Instância de (PF)]
- (4) \therefore Não é o caso que S tem justificação para acreditar que M e para acreditar que M implica $\neg HC$. [De 1 e 3, por *modus tollens*]
- (5) \therefore S não tem justificação para acreditar que M . [De 2 e 4, por *silogismo conjuntivo*]

Sintetizando, se temos justificação para acreditar em M , e percebermos que M implica a $\neg HC$, então podemos deduzir por (PF) que temos justificação que $\neg HC$. Mas ninguém tem justificação que $\neg HC$. Por isso, ninguém tem justificação para acreditar em M e nas restantes proposições contingentes sobre o mundo exterior. Caímos assim no ceticismo. Como superar este desafio? Para não aceitarmos a conclusão, que premissa negar? Defenderemos que as teorias externistas da justificação podem dar uma boa resposta a esse desafio.

§ 4. Primeira resposta externista: Sensibilidade

Se adotarmos teorias da justificação que seguem a tese externista, temos alguns recursos para tentar superar este desafio cético; nomeadamente temos recursos ou para negar a premissa (3) e, dessa forma, negar o princípio (PF), ou para negar a premissa (1). Começando pela primeira tentativa de negar (3) e (PF), Nozick (1981, 172–187) propôs uma teoria externista de rastreio da verdade em que a seguinte condição de sensibilidade é necessária para a justificação:

³ Pode-se alegar que uma vez que a justificação vem em graus, pois algumas crenças têm mais justificação do que outras (cf. Plantinga 1993: p. 4), o princípio (PF) não seria apropriado para captar o conceito de justificação, mas apenas o conceito de conhecimento. Todavia, seguindo a sugestão de Klein (2002: p. 339), é possível reformular (PF) para captar esse pormenor:

(PF*) Para todo S , ϕ , ψ , se S tem justificação que ϕ no grau _{x} , e S tem justificação que ϕ implica ψ , então S tem justificação que ψ no grau _{y} , onde $y \geq x$.

(CS) S tem justificação que p só se: se p fosse falsa, S não acreditaria que p.

Ora, aplicando isso ao desafio cético, podemos constatar que a crença em M satisfaz a condição (CS), pois suponha-se que agora acreditamos que temos duas mãos; parece intuitivo que se fosse falso que temos duas mãos (p.e. suponha-se que ocorreu um acidente), mas tudo o resto fosse igual, então não acreditaríamos mais que temos mãos; aliás, veríamos que não as tínhamos. Todavia, a crença em \neg HC não satisfaz a condição (CS), pois agora acreditamos que não estamos numa HC; mas se estivéssemos numa HC, continuaríamos ainda assim acreditar que não estamos numa HC. Deste modo, se (CS) é uma condição necessária para a justificação, pode-se ter justificação para acreditar em M mas não se ter justificação para acreditar em \neg HC, o que implica que a premissa (3) e o princípio (PF) sejam falsos.

Porém, esta forma de resolver o desafio cético é muito disputada. Isto porque se esta condição (CS) é plausível, então temos justificação que temos duas mãos, mas não temos justificação que não somos um cérebro sem mãos numa cuba. Mas parece absurdo que possamos simultaneamente ter justificação que temos duas mãos e não ter justificação que não somos um cérebro sem mãos numa cuba; ou seja, tal conjunção parece «abominável» (cf. DeRose 1995: pp. 27–29). Assim, a condição (CS) não parece plausível⁴, nem parece constituir uma boa razão para negar um princípio bastante intuitivo e aceite como (PF).

§ 5. Segunda resposta externista: Segurança e Fiabilismo

Uma outra estratégia externista, e talvez mais prometedora, para se tentar resolver o desafio cético consiste em negar a premissa (1). Para se atingir esse objetivo algumas teorias inspiradas em Moore, como as teorias de Sosa (1999: p. 142) ou Pritchard (2005: p. 71), substituem a condição de sensibilidade (CS) pela seguinte condição de segurança:

(CS*) S tem justificação que p só se: S acreditaria que p só se p fosse verdadeira⁵.

⁴ Um outro problema da condição (CS) é que não consegue acomodar casos claros de justificação e conhecimento indutivo (cf. Greco 2007: pp. 629–230).

⁵ Alguém poderia objetar que (CS*) é uma mera contraposição de (CS), sendo dessa forma condições equivalentes. Contudo isso é falso, pois condicionais contrafactuais não contrapõem. Desse modo, (CS*) e (CS) não são equivalentes. Para aprofundar isso veja-se Sosa (1996).

A ideia intuitiva de (CS*) é que, em casos de justificação, a crença de S em p deve ser «segura» no sentido de que não seria fácil S acreditar que p quando p é falsa. Assim, em mundos possíveis próximos, i.e. em circunstâncias similares ao mundo atual, não acontece facilmente que S acredite p e p é falso. Para além de evitar casos de sorte epistémica⁶, a condição (CS*) também permite negar a premissa (1). Para argumentar a favor disso considere-se alguma das nossas crenças M (como a de que temos duas mãos). Ora, em ambientes normais, i.e. em que ¬HC é o caso, tal crença em M satisfaz a condição (CS*); isto porque não haveria qualquer circunstância similar em que formamos apropriadamente esta crença e tal crença é falsa. Mas, então, o mesmo ocorre com a nossa crença que ¬HC; pois, num mundo normal, não haveria qualquer circunstância similar em que formamos apropriadamente a crença que ¬HC e tal crença é falsa. Aliás, se estamos num mundo normal, não há mundos possíveis próximos em que estamos numa HC. Deste modo, podemos conhecer e ter justificação para acreditar que ¬HC, desde que as restantes condições da justificação sejam satisfeitas.

Chegamos a esta mesma conclusão se adotarmos uma teoria fiabilista da justificação. Basta ter a ideia geral de que o fiabilismo é uma teoria externista que defende o seguinte:

(F) S tem justificação que p sse: p é produzida em S por um processo fiável de formação de crenças.

Nesta caracterização, um processo é fiável na medida em que tal processo tende a produzir crenças verdadeiras. Além disso, se estamos perante uma teoria externista, a fiabilidade de um dado processo não precisa ser cognitivamente acessível a S. Mas, então, como que é a teoria (F) pode enfrentar o desafio cético? A resposta é aparentemente simples: se S está num ambiente normal, i.e. em que ¬HC, então a crença M é produzida em S por um processo fiável, ou seja, pelo sentido da perceção. E se tal sucede, então S tem justificação. Assim, se S está num ambiente normal, S tem justificação para acreditar em M. No

⁶ Recorrendo a um caso «tipo-Gettier» conhecido, suponha-se que S tem a crença verdadeira de que é meio-dia depois de olhar para um relógio que marca essa hora. Todavia, vamos supor que S desconhece que esse relógio avariou exatamente há doze horas atrás. Neste caso mesmo que S tenha boa evidência para acreditar que é meio-dia e a sua crença seja verdadeira, S não tem justificação nem sabe que é meio-dia, uma vez que a crença de S é verdadeira por mera sorte. Ora, a condição (CS*) permite explicar por que razão tais exemplos não seriam casos de justificação ou de conhecimento, pois seria fácil S acreditar que é meio-dia quando de facto não é meio-dia (bastava S estar numa circunstância muito similar, mas em que olhava para o relógio avariado um minuto antes ou depois do meio-dia); portanto, a condição (CS*) não é satisfeita.

entanto, S não precisa de estar «internamente» ciente de que tem um processo fiável de modo a ter justificação ao acreditar em M; basta apenas que o processo em questão seja adequadamente fiável para a crença ser justificada. Ou seja, se M é produzida fiavelmente, S tem justificação para acreditar que M; e tal como é possível S ter justificação para M também é possível S ter justificação para acreditar que \neg HC⁷. Portanto, se adotarmos a tese externista (TE), parece que temos alguns recursos para enfrentar o desafio cético. No entanto, no caso da tese internista (TI), se tudo o que importa para a justificação é interno à nossa perspectiva, então dado que não parece haver nada na nossa experiência ou perspectiva *interna* que possivelmente poderia indicar-nos que não estamos num cenário de HC, parece que não podemos ter justificação para acreditar que \neg HC.

§ 6. Objeções e Respostas

Mas o que apresentamos nas secções anteriores são boas razões para preferir a tese (TE) à tese (TI)? Os internistas procuram responder que essas razões não são boas; isto porque, em primeiro lugar, defendem que as respostas externistas ao ceticismo não são satisfatórias e, em segundo lugar, alegam que o internismo pode responder com sucesso ao desafio cético.

Quanto ao primeiro ponto, alguns internistas, como Stroud (1994: pp. 302–395), Bonjour (2002: pp. 236–37), Conee e Feldman (2004: pp. 283–293), alegam que a resposta externista é inadequada pela razão de supostamente envolver circularidade epistémica ou de cometer «petição de princípio», pois é uma resposta que começa logo por assumir que não estamos numa HC. Além disso, a resposta externista é meramente condicional, pois limita-se a afirmar que se a crença M de S satisfaz as condições externistas, S tem justificação para acreditar que M. Todavia, parece apropriado querer mais do que uma resposta condicional, uma vez que queremos saber se *de facto* temos justificação para acreditar que M e para acreditar que \neg HC.

Pensamos, contudo, que estas críticas podem ser atenuadas se virmos que o objetivo do externista não é propriamente convencer o cético, mas sim fornecer uma teoria da justificação externista que avalie o que há de errado no argumento do desafio cético segundo o qual não podemos ter crenças justificadas sobre o mundo exterior. Ora, se algumas das teorias externistas for

⁷ Se pelos motivos fiabilistas aceitarmos que é possível S ter justificação para acreditar que M, e se aceitarmos igualmente as premissas (2) e (3) do desafio cético, deduz-se que é possível S ter justificação para acreditar \neg HC.

adequada, é possível que tais crenças tenham justificação⁸. Deste modo, a crítica à resposta externista não parece ter muita força.

Mas o internismo não se limita apenas a criticar a resposta externista; foram igualmente propostas respostas internistas para lidar com o desafio cético. Vejamos brevemente algumas dessas respostas que procuram negar a premissa (1), defendendo-se que temos justificação para acreditar que \neg HC. Por exemplo, James Pryor (2000: p. 536) desenvolve um *dogmatismo* sobre a justificação percetiva de acordo com o qual «sempre que tiver uma experiência como de p , assim tem justificação *prima facie* imediata para acreditar p . (...) [Mas] as suas experiências não lhe dão, de forma similar, justificação *prima facie* imediata para acreditar que está a sonhar, ou a ser enganado por um génio maligno, ou que qualquer outra hipótese cética é o caso». Deste modo, se parece a S que M, então S tem dessa forma justificação para acreditar que M; por sua vez, dado que M implica \neg HC, S tem justificação para acreditar que \neg HC. Esta é uma justificação «prima facie» uma vez que pode ser derrotada; todavia, parece que não há razões para pensar que as HC são efetivas e sem alguma razão para acreditar que as HC são verdadeiras, o desafio cético não nos dá razão para duvidar da justificação de M⁹.

Uma outra via de resposta, embora com algumas semelhanças, foi formulada por Conee e Feldman (2004: pp. 300–302) ao apresentarem uma resposta internista, evidencialista, e falibilista segundo a qual a nossa experiência fornece-nos com evidências fortes, embora não absolutamente conclusivas, para acreditarmos em proposições como M e, dessa forma, dá-nos igualmente evidência de que não estamos numa HC. Ora, esta evidência parece significativa para termos justificação nas crenças comuns sobre o mundo exterior, pois as condições evidencialistas da justificação são satisfeitas. Para fundamentar melhor esta linha de raciocínio, Matthias Steup (2011: pp. 112–114) procura defender que temos evidência contra a hipótese de sermos um CC (i.e. Cérebro numa Cuba) e essa evidência é suficientemente forte para termos justificação que \neg CC; e se temos justificação para \neg CC, parece razoável termos justificação que \neg HC. Para argumentar a favor disso, Steup tenta defender que não existem CC; pois, se considerarmos o corpo de evidência que temos

⁸ Nesta mesma linha argumentativa também se pode defender que se o externismo for apropriado, o cético para fazer correr o seu desafio, de que é impossível termos justificação para acreditar que M, terá de estabelecer que as nossas crenças sobre o mundo exterior não são nem podem ser fiáveis ou que sofrem um qualquer outro problema «externo»; porém, parece que o cético dificilmente mostrará isso.

⁹ Pode-se dizer que «dogmatismo» de Pryor é apenas a teoria do «conservadorismo fenoménico» de Michael Huemer restrito às impressões percetivas. Assim, o *dogmatismo* é uma versão de conservadorismo fenoménico que já abordámos mais acima.

fundada na neurofisiologia ou noutras áreas relevantes, nada nos indicia que existem CC. O mesmo parece suceder com as restantes HC.

Porém esse tipo de resposta internista sofre de problemas sérios: por exemplo, é possível defender que as respostas internistas parecem cometer petição de princípio. Pelo menos alguns internistas estão a partir de uma premissa que o cético não vai aceitar: a premissa de que S tem justificação que não existem HC. Por seu lado, o cético pode responder que se S não tem justificação que não está numa HC, então S também não tem justificação que não existem HC.

Mas, indo mais longe na crítica, o cético pode sustentar que é possível para um génio maligno inteligente fazer com que as crenças percetivas pareçam ao sujeito como apropriadas à sua evidência, embora não o sejam de facto. Assim, como é que o internista pode saber ou ter justificação de que não está numa tal HC? Simplesmente dizer que «parece» ou que temos «evidência» que não estamos nessa HC não resolverá o problema, pois isso é exatamente o que seria expectável se o sujeito estivesse nessa HC.

Desse modo, o problema que apontamos acima continua: se não há nada na nossa experiência ou perspectiva interna que poderia indicar-nos que não estamos num cenário de HC, e se um génio maligno até nos pode enganar sobre a evidência que possuímos, como podemos ter justificação para acreditar que \neg HC? Intuitivamente parece que a melhor forma de responder a esse problema é advogar que a justificação não é inteiramente determinada por fatores que são internos à perspectiva de S, havendo fatores relevantes que são externos¹⁰.

AGRADECIMENTOS

Estou grato a Ricardo Santos e Pedro Galvão pela discussão de algumas ideias presentes neste texto. Este artigo foi escrito no âmbito do projeto de pós-doutorado com referência CEECIND/01066/2017.

¹⁰ Todas as respostas ao desafio cético que expusemos aqui pressupõem uma tese «invariantista» em que se concebe um conjunto único de condições para *todos* os casos. Todavia, também há uma resposta ao desafio cético que nega a tese invariantista e que é conhecida por «contextualismo». Nesta perspectiva a ‘justificação’ ou ‘conhecimento’ funcionam como um termo indexical com o seu conteúdo semântico a variar consoante os contextos de atribuição; assim, relativamente a contextos vulgares, o argumento cético não é sólido; porém, relativamente a contextos filosóficos, o argumento em questão é sólido. Essa resposta foi desenvolvida por DeRose (1995) e Lewis (1996).

REFERÊNCIAS

- ALSTON, William (1986). «Internalism and externalism in epistemology». *Philosophical Topics* 14: pp. 179–221.
- BERGMANN, Michael (2006). *Justification without Awareness: A Defense of Epistemic Externalism*. Oxford University Press.
- BONJOUR, Laurence (2002). «Internalism and externalism». Em *The Oxford handbook of epistemology*, ed. Moser. Oxford University Press, pp. 234–263.
- BONJOUR, Laurence (2010). «Recent Work on the Internalism–Externalism Controversy». Em *A Companion to Epistemology*, ed. Dancy et al. Wiley–Blackwell, pp. 33–43.
- BRUECKNER, Anthony (2010). «Skepticism and Closure». Em *A Companion to Epistemology*, ed. Dancy et al. Wiley–Blackwell, pp. 3–12.
- DEROSE, Keith (1995). «Solving the Skeptical Problem». *The Philosophical Review* 104: pp. 1–52.
- FELDMAN, Richard & CONEE, Earl (2004). *Evidentialism: Essays in Epistemology*. Oxford University Press.
- FUMERTON, Richard (1995). *Metaepistemology and Skepticism*. Rowman and Littlefield.
- GAGE, Logan (2016). «Phenomenal Conservatism and the Subject’s Perspective Objection». *Acta Analytica* 31: pp. 43–58.
- GRECO, John (2007). «External World Skepticism». *Philosophy Compass* 2/4: pp. 625–649.
- GRECO, John (2014). «Justification Is Not Internal». Em *Contemporary Debates in Epistemology*, ed. Steup et al. West Sussex: Wiley–Blackwell, pp. 325–336.
- HUEMER, Michael (2013). «Phenomenal Conservatism Uber Alles». Em *Seemings and Justification: New Essays on Dogmatism and Phenomenal Conservatism*, ed. Tucker. Oxford University Press, pp. 328–350.
- KLEIN, Peter (2002). «Skepticism». Em *The Oxford Handbook of Epistemology*, ed. Moser. Oxford University Press, pp. 336–361.
- LEWIS, David (1996). «Elusive Knowledge». *Australasian Journal of Philosophy*, 74: pp. 549–567.
- MOSER, Paul (1989). *Knowledge and Evidence*. Cambridge University Press.
- NOZICK, Robert (1981). *Philosophical explanations*. Oxford University Press.

- PLANTINGA, Alvin (1993). *Warrant: The Current Debate*. Oxford University Press. Pritchard 2005.
- PRITCHARD, Duncan (2014). *What is this thing called knowledge?* Routledge.
- PRYOR, James (2000). «The Skeptic and the Dogmatist». *Noûs* 34: pp. 517–549.
- SOSA, Ernest (1996). «Proper Functionalism and Virtue Epistemology». Em *Warrant in Contemporary Epistemology*, ed. Kvanvig. Rowman & Littlefield Publishers, pp. 253–270.
- SOSA, Ernest (1999). «How to Defeat Opposition to Moore». *Philosophical Perspectives* 13: pp. 141–154.
- STEUP, Matthias (2004). «Internalist Reliabilism». *Philosophical Issues* 14: pp. 404–425.
- STEUP, Matthias (2011). «Evidentialist Anti-skepticism». Em *Evidentialism and its Discontents*, ed. Dougherty. Oxford University Press, pp. 105–122.
- STEUP, Matthias (2013). «Does Phenomenal Conservatism Solve Internalism’s Dilemma?». Em *Seemings and Justification: New Essays on Dogmatism and Phenomenal Conservatism*, ed. Tucker. Oxford University Press, pp: 186–214.
- STROUD, Barry (1994). «Scepticism, ‘Externalism’, and the Goal of Epistemology». *Proceedings of the Aristotelian Society* 68 (supp. vol): pp. 291–307
- SWINBURNE, Richard (2005). *Epistemic Justification*. Oxford University Press.
- ZAGZEBSKI, Linda (2009). *On Epistemology*. Wadsworth, Cengage Learning.



The advantages of an externalist solution in response to the skeptical challenge

The skeptical challenge is a test that any theory of justification must be able to overcome; for, if a given epistemic theory does not pass this test and therefore we cannot be justified in most of our beliefs, then there is something wrong with that theory. Thus, the skeptical challenge has a methodological function. We want to argue that externalist theories of justification deal with the skeptical challenge better than internalist theories of justification. To do this, we will start by characterizing what internalism and externalism are in general with respect to epistemic justification.

Keywords: Skepticism · Justification · Internalism · Externalism · Safety.

As vantagens de uma solução externista como resposta ao desafio cético

O desafio cético é um teste que qualquer teoria da justificação deve conseguir superar, pois se uma dada teoria epistémica não passar nesse teste e, assim, concluir que não podemos ter justificação na maior parte das nossas crenças, então há algo errado com essa teoria. Assim, o desafio cético tem uma função

metodológica. Queremos argumentar que as teorias da justificação externalistas lidam melhor com o desafio cético do que as teorias internalistas da justificação. Para isso, começaremos por caracterizar em que consiste em termos gerais o internalismo e o externalismo quanto à justificação epistémica.

Palabras Clave: Ceticismo · Justificação · Internalismo · Externalismo · Segurança.

DOMINGOS FARIA é investigador de pós-doutoramento (FCT Junior Researcher) no Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa (Grupo LanCog). As suas principais áreas de investigação são Epistemologia e Filosofia da Religião.

INFORMACIÓN DE CONTACTO | CONTACT INFORMATION: LanCog, Centro de Filosofia, Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal. e-mail (✉): domingosfaria@campus.ul.pt — **iD:** <http://orcid.org/0000-0003-1726-7839>.

HISTORIA DEL ARTÍCULO | ARTICLE HISTORY

Received: 6–August–2020; Accepted: 15–November–2020; Published Online: 20–December–2020

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO | HOW TO CITE THIS ARTICLE

Faria, Domingos (2020). «As vantagens de uma solução externalista como resposta ao desafio cético». *Disputatio. Philosophical Research Bulletin* 9, no. 15: pp. 91–105.

© Studia Humanitatis – Universidad de Salamanca 2020